

## TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	Leading Case	Título	RG
		125	517	RE 632783	Aplicação de diferencial de alíquota de ICMS à empresa optante pelo SIMPLES NACIONAL.	S
		126	520	ARE 665134	Sujeito ativo do ICMS a incidir sobre circulação de mercadorias importadas por um estado da federação, industrializadas em outro estado da federação e que retorna ao primeiro para comercialização.	S
		127	523	RE 666156	Seletividade de IPTU antes da Emenda Constitucional nº 29/2000	PV
3.	<u>Direito Penal</u>	1.	059	RE 579167	Progressão de regime em crimes hediondos cometidos antes da vigência da Lei nº 11.464/2007.	S
		2.	113	RE 583523	Revogação do art. 25 da Lei de Contravenções Penais pela Constituição Federal.	S
		3.	114	RE 591563	Agravamento da pena por reincidência.	S
		4.	129	RE 591054	Consideração de ações penais em curso como maus antecedentes para fins de dosimetria da pena.	S
		5.	150	RE 593818	Consideração de condenações transitadas em julgado há mais de cinco anos como maus antecedentes para efeito de fixação da pena-base.	S
		6.	158	RE 597270	Fixação de pena aquém do mínimo legal, em face da incidência de circunstância genérica atenuante.	S
		7.	169	RE 596152	Aplicação retroativa do § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006 sobre pena cominada com base na Lei nº 6.368/76.	S
		8.	182	AI 742460	Valoração das circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal na fundamentação da fixação da pena-base pelo juízo sentenciante.	N
		9.	183	AI 747522	Aplicação do princípio da insignificância a crime de posse de substância entorpecente para uso próprio.	N
		10.	187	AI 762146	Imposição de efeitos próprios de sentença penal condenatória à transação penal prevista na Lei nº 9.099/95.	S

## TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	Leading Case	Título	RG
		11.	205	AI 754008	Requisitos para a concessão de progressão de regime à luz da nova redação dada ao art. 112 da Lei de Execução Penal pela Lei nº 10.792/2003.	N
		12.	239	RE 602527	Extinção da punibilidade em virtude de prescrição da pretensão punitiva em perspectiva.	S
		13.	370	RE 601182	Suspensão dos direitos políticos de condenado a pena privativa de liberdade substituída por pena restritiva de direito.	S
		14.	371	RE 628658	Concessão de indulto a pessoa submetida a medida de segurança.	S
		15.	423	RE 641320	Cumprimento de pena em regime menos gravoso ante a falta de vagas em estabelecimento penitenciário adequado.	S
		16.	478	RE 640139	Alcance do princípio da autodefesa frente ao crime de falsa identidade	S
		17.	506	RE 635659	Tipicidade do porte de droga para consumo pessoal.	S
4.	<u>Processo Penal</u>	1.	050	RE 575144	Possibilidade de substituir-se a formalização de acórdão fundamentado por certidão a qual contenha o resultado de julgamento.	S
		2.	154	RE 593443	Trancamento da ação penal, em habeas corpus, por falta de justa causa, sem a submissão de acusados de crime doloso contra a vida ao Tribunal do Júri.	S
		3.	170	RE 597133	Julgamento proferido por órgão fracionário de tribunal composto majoritariamente por juízes convocados.	S
		4.	192	RE 601384	Concessão de liberdade provisória a preso em flagrante pela prática de crimes hediondos e equiparados.	S
		5.	237	RE 583937	Gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem conhecimento do outro.	S
		6.	238	RE 602072	Propositura de ação penal por descumprimento das condições estabelecidas em transação penal.	S

**TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO**

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	Leading Case	Título	RG
		7.	240	RE 602543	Nullidade do processo pela falta de requisição do réu preso, por meio de carta precatória, para comparecer à audiência de oitiva de testemunhas.	S
		8.	280	RE 603616	Provas obtidas mediante invasão de domicílio por policiais sem mandado de busca e apreensão.	S
		9.	393	RE 628624	Competência para processar e julgar suposto crime de publicação, na internet, de imagens com conteúdo pornográfico envolvendo criança ou adolescente.	S
		10.	438	RE 600851	Limite temporal para a suspensão do processo e do prazo prescricional previstos no art. 366 do CPP.	S
		11.	478	RE 607107	Suspensão de habilitação para dirigir de motorista profissional condenado por homicídio culposo na direção de veículo automotor.	S
		12.	496	RE 590908	Direito do Ministério Público de recorrer, apesar do acolhimento de pleito de impronúncia formulado por Promotor de Justiça posteriormente substituído.	S
5.	<u>Direito do Trabalho</u>	1.	062	RE 570532	Aplicabilidade do prazo prescricional do art. 7º, XXIX, da Constituição Federal (na redação dada pela Emenda Constitucional nº 28/2000) às ações trabalhistas ajuizadas por trabalhadores rurais cujos contratos de trabalho estavam vigentes à época da publicação da referida Emenda.	N
		2.	131	RE 589998	Despedida imotivada de empregados de Empresa Pública.	S
		3.	144	RE 584608	a) Termo inicial da prescrição para ação de cobrança da diferença decorrente da incidência dos expurgos inflacionários reconhecidos pela Lei Complementar nº 110/2001 na multa de 40% sobre os depósitos do FGTS; b) Responsabilidade do empregador pelo pagamento dessa diferença.	N
		4.	152	RE 590415	Renúncia genérica a direitos mediante adesão a plano de demissão voluntária.	S